



Processo nº: 0006264-61.2023.8.16.7000

Fiscalização

Serventia Correcionada: JUÍZO ÚNICO DE MANOEL RIBAS - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

DADOS GERAIS

| QUESTÃO / RESPOSTA |
|---|
| 1INFORMAÇÕES GERAIS |
| 1.1Juiz Titular//Juíza Titular: Nome do Funcionário/Servidor: LARISSA FERRAZ KOTESKI Data de Assunção do Funcionário /Servidor: 2019-11-29 00:00:00.0 |
| 1.1.1Data em que assumiu: 2022-06-20 00:00:00.0 |
| 1.2Juiz Anterior//Juíza Anterior: Nome do Funcionário/Servidor: PAULO HENRIQUE DIAS DRUMMOND Data de Assunção do Funcionário/Servidor: 2016-01-11 00:00:00.0 |
| 1.3Juiz Substituto//Juíza Substituta Nome do Funcionário/Servidor: GABRIELA SOUTIER FONTANELLA Data de Assunção do Funcionário/Servidor: 2022-07-29 00:00:00.0 |
| 1.3.1Data em que assumiu: 2022-07-29 00:00:00.0 |
| 2QUADRO FUNCIONAL DA SECRETARIA |
| 2.1Chefe de Secretaria//Escrivão//Escrivã: |



| |
|--|
| Nome do Funcionário/Servidor: ANA MARIA DE PAULA XAVIER Data de Assunção do Funcionário/Servidor: 2004-01-28 00:00:00.0 |
| |
| 2.2Relação de Analistas Judiciários: |
| |
| 2.3Relação de Técnicos//Técnicas Judiciários: |
| |
| 2.4Relação de Técnicos//Técnicas de Secretaria: |
| |
| 2.5Relação de Estagiários//Estagiárias: |
| |
| 2.6Relação de Funcionários//Funcionárias de Outros Órgãos (Cedidos): |
| |
| 2.7Relação de Funcionários//Funcionárias (Escrivania privada): |
| |
| 2.8O quadro funcional da Secretaria//Escrivania é adequado? Sim |
| |
| 3QUADRO FUNCIONAL DO GABINETE DO MAGISTRADO |
| |
| 3.1Relação de Assistentes: |
| |
| 3.2Relação de Estagiários//Estagiárias: |
| |
| 3.3Relação de outros Servidores//Servidoras: |
| |
| 4CONCLUSÕES FINAIS |
| |
| Observações |
| |
| Determinações Gerais |
| |

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

| |
|---------------------------|
| QUESTÃO / RESPOSTA |
| |



| |
|---|
| 1ESTATISTICAS DA UNIDADE (na data da correição) |
| |
| 1.1Quantidade de processos ATIVOS: 206 |
| |
| 1.2Quantidade de processos ARQUIVADOS: 5956 |
| |
| 1.3Quantidade de processos em INSTÂNCIA SUPERIOR: 22 |
| |
| 1.4Quantidade de processos SUSPENSOS: 50 |
| |
| 1.5Quantidade de processos em REMESSA (exceto processos conclusos): 1 |
| |
| 1.6Os processos remetidos estão dentro do prazo legal? Sim |
| |
| 1.7Processos paralisados há mais de 30 dias (art. 208 do Código de Normas): A situação da Unidade está regular? Sim |
| |
| 1.8Processos aguardando cumprimento de determinação judicial há mais de 5 dias (art. 228 do Código de Processo Civil): A situação da Unidade está regular? Sim |
| |
| 1.9A Unidade utiliza, prioritariamente, os modelos disponibilizados pelo Gesprijud, nos termos do art. 171 do Código de Normas? Não |
| Determinação / Recomendação: Conforme consta no art. 171 do CNFJ, orienta-se a Secretaria a utilizar, prioritariamente, os modelos de atos elaborados pelo GESPRIJUD Programa de Gestão Priorizada no 1º Grau de Jurisdição, disponíveis para uso no próprio Projudi. |
| |
| 2CITAÇÕES E INTIMAÇÕES: (na data da correição) |
| |
| 2.1Análises de Decurso de Prazo: A situação da unidade está regular? Sim |
| |
| 2.2Expedições: A situação da unidade está regular? Sim |
| |
| |



| |
|---|
| 3ANÁLISE DE JUNTADA:(na data da correição) |
| |
| 3.1Juntadas para analisar: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| |
| 3.2Retorno de Conclusão: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| |
| 3.3Mandados Aguardando Análise de Retorno: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| |
| 3.4Cartas Eletrônicas aguardando análise de retorno: A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| |
| 4OUTROS CUMPRIMENTOS:(na data da correição) |
| |
| 4.1A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| |
| 5CARTAS PRECATÓRIAS:(na data da correição) |
| |
| 5.1As Cartas Precatórias ENVIADAS estão dentro do prazo? |
| Sim |
| |
| 5.2As Cartas Precatórias RECEBIDAS estão dentro do prazo? |
| Sim |
| |
| 6AUDIÊNCIAS: (período sob correição) |
| |
| 6.1TOTAL REALIZADAS |
| 1031 |
| |
| 6.2CANCELADAS |
| 206 |
| |
| 6.3NEGATIVAS |
| 0 |
| |
| 6.4REDESIGNADAS |
| 91 |
| |
| 6.5TOTAL DE PESSOAS OUVIDAS |
| 1056 |
| |



| |
|---|
| 7ANÁLISE DAS SUSPEITAS DE PREVENÇÃO: |
| 7.1A unidade efetua regularmente a análise das Suspeitas de Prevenção? Não |
| Determinação / Recomendação: Identificaramse 54 processos com suspeitas de prevenção pendentes de análise, o mais antigo distribuído em 27/03/2021 (0000343- 98. 2021. 8. 16. 0111). Regularizar e, doravante, atentar. |
| 8ANÁLISE DE CONCLUSÕES: |
| 8.1Quantos processos encontramse conclusos ao Juiz Togado na data da correição? 4 |
| 8.2Qual a data da conclusão mais antiga: 01/08/2023 |
| 8.3Quantos processos encontramse conclusos ao Juiz Leigo na data da correição? 33 |
| 8.4Os processos conclusos ao Juiz Leigo estão dentro do prazo previsto no art. 64 da Resolução 09//2019 CJES? Não |
| Determinação / Recomendação: No que tange aos trabalhos desempenhados pelos Juízes Leigos, deve ser observado o prazo máximo para a devolução dos processos conclusos, conforme o disposto no artigo 64 da Resolução nº 09/2019CSJEs. Em caso de descumprimento, deve ser aplicado o § 3º do citado artigo ou o artigo 471 do Código de Normas do Foro Judicial. Isso porque, dos 33 autos conclusos, o mais antigo data de 03/07/2023 (0000863- 24. 2022. 8. 16. 0111), além do prazo estipulado. Ainda, em análise mais apurada, por amostragem deste e de outros (0000983- 67. 2022. 8. 16. 0111 e 0001253- 91. 2022. 8. 16. 0111), verificou-se que os atrasos, em verdade, são maiores (de 6 a 7 meses), uma vez que invariavelmente há alterações de conclusão entre o juízo supervisor e a juíza leiga, sem motivo aparente nos autos. Regularizar e justificar. |
| 9SUSPENSÕES DE PROCESSOS: |
| 9.1A Unidade utiliza a ferramenta de Suspensão de Processos regularmente? Sim |
| 9.2É realizado o correto cadastramento das movimentações processuais//suspensão em casos de sobrestamento de processos por força do microsistema dos repetitivos, conforme definido no art. 193, parágrafo único, do CNFJ? Sim |
| 9.3É realizada a reativação do andamento processual dos processos sobrestados quando |



noticiado o julgamento de IRDR, IAC, GR, RG ou RR, ou revogada a determinação de suspensão?

Sim

9.4A Unidade mantém regular controle do campo arquivados sem baixa?

Sim

10DEPÓSITOS JUDICIAIS:

10.1Nos processos analisados por amostragem, verificouse que a Unidade efetua as anotações dos depósitos e suas intercorrências regularmente no PROJUDI?

Sim

11ALVARÁS JUDICIAIS:

11.10s alvarás ordenados que estão aguardando expedição estão regulares?

Sim

12DEMAIS CONSTATAÇÕES:

12.1Todos os expedientes em trâmite na Secretaria estão no Projudi?

Sim

12.2Utiliza a ferramenta agrupador e localizador para melhor movimentação processual, com observância ao contido no OfícioCircular 08//2012, que veda a utilização de localizadores //agrupadores no sistema com a finalidade de aguardar a conclusão de processos ao Magistrado.

Sim

13ANÁLISE PROCESSUAL POR AMOSTRAGEM

a)O cumprimento das decisões judiciais é realizado dentro do prazo de 5 (cinco) dias, conforme determina o art. 228 do Código de Processo Civil?

Sim

b)A análise de juntadas é realizada no prazo de 5 (cinco) dias?

Sim

c)As intimações aos procuradores das partes são realizadas no prazo de 5 (cinco) dias?

Sim

d)As decisões com tutela de urgência são cumpridas em prazo adequado pela Secretaria?

Sim



| |
|---|
| e)As conclusões ao(à) Magistrado(a) (art. 207 do Código de Normas) são realizadas diariamente? |
| Sim |
| f)A Secretaria intima as partes para, querendo, proceder à execução da sentença? (art. 52, IV da L9.099/95) |
| Sim |
| g) Promove a Secretaria as medidas necessárias envolvendo a cobrança das custas processuais quando necessário? |
| Sim |
| h)O acesso aos projetos de sentença de juízes leigos não homologados são desabilitados pela Secretaria? |
| Sim |
| 14CONCLUSÕES FINAIS |
| |
| Observações |
| |
| Determinações Gerais |
| . |

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

| |
|--|
| QUESTÃO / RESPOSTA |
| |
| 1ESTATÍSTICAS DA UNIDADE (na data da correição) |
| |
| 1.1Quantidade de processos ATIVOS: |
| 63 |
| 1.2Quantidade de processos ARQUIVADOS: |
| 410 |
| 1.3Quantidade de processos em INSTÂNCIA SUPERIOR: |
| 51 |
| 1.4Quantidade de processos SUSPENSOS: |
| 15 |
| 1.5Quantidade de processos em REMESSA (exceto processos conclusos): |
| 0 |
| 1.6Os processos remetidos estão dentro do prazo legal? |
| Sim |



| |
|---|
| |
| 1.7 Processos paralisados há mais de 30 dias (art. 208 do Código de Normas): A situação da Unidade está regular? Sim |
| |
| 1.8 Processos aguardando cumprimento de determinação judicial há mais de 5 dias (art. 228 do Código de Processo Civil): A situação da Unidade está regular? Sim |
| |
| 1.9A Unidade utiliza, prioritariamente, os modelos disponibilizados pelo Gesprijud, nos termos do art. 171 do Código de Normas? Não |
| Determinação / Recomendação: Vide o item 1. 9 referente ao Juizado Cível. |
| |
| 2 CITAÇÕES E INTIMAÇÕES: (na data da correição) |
| |
| 2.1 Análises de Decurso de Prazo: A situação da unidade está regular? Sim |
| |
| 2.2 Expedições: A situação da unidade está regular? Sim |
| |
| 3 ANÁLISE DE JUNTADA: (na data da correição) |
| |
| 3.1 Juntadas para analisar: A situação da Unidade está regular? Sim |
| |
| 3.2 Retorno de Conclusão: A situação da Unidade está regular? Sim |
| |
| 3.3 Mandados Aguardando Análise de Retorno: A situação da Unidade está regular? Sim |
| |
| 3.4 Cartas Eletrônicas aguardando análise de retorno: A situação da unidade está regular? Sim |
| |
| 4 OUTROS CUMPRIMENTOS: (na data da correição) |
| |
| 4.1 A situação da unidade está regular? Sim |
| |
| 5 CARTAS PRECATÓRIAS: (na data da correição) |
| |



| |
|---|
| 5.1As Cartas Precatórias ENVIADAS estão dentro do prazo? Sim |
| 5.2As Cartas Precatórias RECEBIDAS estão dentro do prazo? Sim |
| 6AUDIÊNCIAS: (período sob correição) |
| 6.1TOTAL REALIZADAS 46 |
| 6.2CANCELADAS 81 |
| 6.3NEGATIVAS 0 |
| 6.4REDESIGNADAS 21 |
| 6.5TOTAL DE PESSOAS OUVIDAS 15 |
| 7ANÁLISE DAS SUSPEITAS DE PREVENÇÃO: |
| 7.1A unidade efetua regularmente a análise das Suspeitas de Prevenção? Não |
| Determinação / Recomendação: Identificaramse 32 processos com suspeitas de prevenção pendentes de análise, o mais antigo distribuído em 16/03/2022 (0000286- 46. 2022. 8. 16. 0111). Regularizar e, doravante, atentar. |
| 8ANÁLISE DE CONCLUSÕES: |
| 8.1Quantos processos encontramse conclusos ao Juiz Togado na data da correição? 4 |
| 8.2Qual a data da conclusão mais antiga: 17/07/2023 |
| 8.3Quantos processos encontramse conclusos ao Juiz Leigo na data da correição? 23 |
| 8.4Os processos conclusos ao Juiz Leigo estão dentro do prazo previsto no art. 64 da |



Resolução 09//2019 CJES?

Não

Determinação / Recomendação:

No que tange aos trabalhos desempenhados pelos Juízes Leigos, deve ser observado o prazo máximo para a devolução dos processos conclusos, conforme o disposto no artigo 64 da Resolução nº 09/2019CSJEs. Em caso de descumprimento, deve ser aplicado o § 3º do citado artigo ou o artigo 471 do Código de Normas do Foro Judicial. Isso porque, dos 23 autos conclusos com juizes leigos atualmente, o mais antigo data de 05/07/2023 (0001794- 95. 2020. 8. 16. 0111). No entanto, aqui também se repete o já constatado no Juizado Cível, ou seja, alterações de conclusão que indicam atrasos maiores do que apontados pelo Projudi (exemplo 0000073- 06. 2023. 8. 16. 0111 e 0001794- 95. 2020. 8. 16. 0111). Regularizar e justificar.

9SUSPENSÕES DE PROCESSOS:

9.1A Unidade utiliza a ferramenta de Suspensão de Processos regularmente?

Sim com Observação

Determinação / Recomendação:

Há 6 autos suspensos com prazo determinado, sendo que todos aguardam o pagamento de precatório. Apesar de inexistir irregularidade, no intuito de auxiliar a Secretaria a evitar retrabalho pelas prorrogações sucessivas de prazo, recomenda-se, para esses casos, a suspensão sem prazo determinado, como já ocorre nos 2 autos que lá estão por conta desta mesma situação.

9.2É realizado o correto cadastramento das movimentações processuais//suspensão em casos de sobrestamento de processos por força do microsistema dos repetitivos, conforme definido no art. 193, parágrafo único, do CNFJ?

Sim

9.3É realizada a reativação do andamento processual dos processos sobrestados quando noticiado o julgamento de IRDR, IAC, GR, RG ou RR, ou revogada a determinação de suspensão?

Sim

9.4A Unidade mantém regular controle do campo arquivados sem baixa?

Sim

10DEPÓSITOS JUDICIAIS:

10.1Nos processos analisados por amostragem, verificouse que a Unidade efetua as anotações dos depósitos e suas intercorrências regularmente no PROJUDI?

Sim

11ALVARÁS JUDICIAIS:

11.1Os alvarás ordenados que estão aguardando expedição estão regulares?

Sim



| |
|---|
| 12DEMAIS CONSTATAÇÕES: |
| |
| 12.1Todos os expedientes em trâmite na Secretaria estão no Projudi? Sim |
| |
| 12.2Utiliza a ferramenta agrupador e localizador para melhor movimentação processual, com observância ao contido no OfícioCircular 08//2012, que veda a utilização de localizadores //agrupadores no sistema com a finalidade de aguardar a conclusão de processos ao Magistrado. Sim |
| |
| 13ANÁLISE PROCESSUAL POR AMOSTRAGEM |
| |
| a)O cumprimento das decisões judiciais é realizado dentro do prazo de 5 (cinco) dias, conforme determina o art. 228 do Código de Processo Civil? Sim |
| |
| b)A análise de juntadas é realizada em prazo médio de 5 (cinco) dias? Sim |
| |
| c)As intimações aos procuradores das partes são realizadas em até 24 horas? Sim |
| |
| d)As decisões com tutela de urgência são cumpridas em prazo adequado pela Secretaria? Sim |
| |
| e)As conclusões ao(à) Magistrado(a) (art. 207 do Código de Normas) são realizadas diariamente? Sim |
| |
| f)A Secretaria observa o contido nos Decretos 382//2020 e 520//2020? Não |
| Determinação / Recomendação: Pelos processos analisados 0001190- 66. 2022. 8. 16. 0111 e 0000030- 74. 2020. 8. 16. 0111, constatouse a inobservância ao art. 3º do Decreto 382/2020 no que tange ao procedimento de expedição de RPVs. Observar doravante. |
| |
| g)Promove a Secretaria as medidas necessárias envolvendo a cobrança das custas processuais quando necessário? Sim |
| |
| h)O acesso aos projetos de sentença de juízes leigos não homologados são desabilitados pela Secretaria? Sim |
| |



| |
|-----------------------------|
| 14 CONCLUSÕES FINAIS |
| |
| Observações |
| |
| Determinações Gerais |
| |

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

| |
|---|
| QUESTÃO / RESPOSTA |
| |
| 1 ESTATÍSTICAS DA UNIDADE (na data da correição) |
| |
| 1.1 Quantidade de processos ATIVOS: 91 |
| |
| 1.2 Quantidade de processos ARQUIVADOS: 1354 |
| |
| 1.3 Quantidade de processos em INSTÂNCIA SUPERIOR: 5 |
| |
| 1.4 Quantidade de processos SUSPENSOS: 20 |
| |
| 1.5 Quantidade de processos em REMESSA (exceto processos conclusos): 0 |
| |
| 1.6 Os processos remetidos estão dentro do prazo legal? Sim |
| |
| 1.7 Processos paralisados há mais de 30 dias (art. 208 do Código de Normas): A situação da Unidade está regular? Sim |
| |
| 1.8 Processos aguardando cumprimento de determinação judicial há mais de 5 dias (art. 228 do Código de Processo Civil): A situação da Unidade está regular? Sim |
| |
| 1.9 A Unidade utiliza, prioritariamente, os modelos disponibilizados pelo Gesprijud, nos termos do art. 171 do Código de Normas? Não |
| Determinação / Recomendação: Vide o item 1. 9 referente ao Juizado Cível. |



| |
|--|
| 2CITAÇÕES E INTIMAÇÕES: (na data da correição) |
| |
| 2.1Análises de Decurso de Prazo: A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| |
| 2.2Expedições: A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| |
| 3ANÁLISE DE JUNTADA:(na data da correição) |
| |
| 3.1Juntadas para analisar: A situação da Unidade está regular? |
| Não |
| Determinação / Recomendação: Há 14 análises de juntadas pendentes, a mais antiga desde 07/07/2023 (0000001- 87. 2021. 8. 16. 0111). Regularizar ou justificar. |
| |
| 3.2Retorno de Conclusão: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| |
| 3.3Mandados Aguardando Análise de Retorno: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| |
| 3.4Cartas Eletrônicas aguardando análise de retorno: A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| |
| 4OUTROS CUMPRIMENTOS:(na data da correição) |
| |
| 4.1A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| |
| 5CARTAS PRECATÓRIAS:(na data da correição) |
| |
| 5.1As Cartas Precatórias ENVIADAS estão dentro do prazo? |
| Sim |
| |
| 5.2As Cartas Precatórias RECEBIDAS estão dentro do prazo? |
| Sim |
| |
| 6AUDIÊNCIAS: (período sob correição) |
| |
| |
| 6.1TOTAL REALIZADAS |



| |
|--|
| 555 |
| 6.2 CANCELADAS |
| 80 |
| 6.3 NEGATIVAS |
| 0 |
| 6.4 REDESIGNADAS |
| 338 |
| 6.5 TOTAL DE PESSOAS OUVIDAS |
| 884 |
| 7 ANÁLISE DAS SUSPEITAS DE PREVENÇÃO: |
| 7.1A unidade efetua regularmente a análise das Suspeitas de Prevenção? |
| Sim |
| 8 ANÁLISE DE CONCLUSÕES: |
| 8.1 Quantos processos encontram-se conclusos ao Juiz Togado na data da correição? |
| 11 |
| 8.2 Qual a data da conclusão mais antiga: |
| 05/07/2023 |
| 9 SUSPENSÕES DE PROCESSOS: |
| 9.1A Unidade utiliza a ferramenta de Suspensão de Processos regularmente? |
| Sim |
| 9.2A Unidade mantém regular controle do campo arquivados sem baixa? |
| Sim |
| 10 DEPÓSITOS JUDICIAIS: |
| 10.1 Nos processos analisados por amostragem, verificouse que a Unidade efetua as anotações dos depósitos e suas intercorrências regularmente no PROJUDI? |
| Sim |
| 11 ALVARÁS JUDICIAIS: |



| |
|--|
| 11.1Os alvarás ordenados que estão aguardando expedição estão regulares? |
| Sim |
| 12TRANSAÇÕES PENAIS, BENEFÍCIOS, SUSPENSÕES CONDICIONAIS DO PROCESSO |
| 12.1Todas as transações penais, suspensões condicionais (art. 89 da Lei nº 9.099//95), entre outras medidas, estão cadastradas no processo? |
| Sim |
| 12.2O controle das apresentações é feito exclusivamente no PROJUDI, com a vinculação dos termos de comparecimentos individualizados assinados pelos réus? |
| Sim |
| 12.3Extraído o relatório, não constam atrasos ou medidas sem cumprimentos gerados? |
| Sim |
| 13 APREENSÕES |
| 13.1Todas as apreensões, inclusive as substâncias entorpecentes e explosivas, estão cadastradas de forma completa e individualizada no sistema PROJUDI, independentemente dos bens não terem sido encaminhados ao Juízo? |
| Não |
| Determinação / Recomendação: Em análise, por amostragem verificou-se que a Secretaria não procede com o cadastro de todas as apreensões. Exemplos: 0000003- 86. 2023. 8. 16. 0111; 0000082- 65. 2023. 8. 16. 0111 e 0000378- 24. 2022. 8. 16. 0111. Regularizar. |
| 13.2Todas as apreensões à disposição do Juízo estão identificadas com etiquetas emitidas pelo PROJUDI, devidamente fixadas de forma a prevenir deteriorações ou perdas de informações? |
| Sim |
| 13.5Há análise e determinação acerca da destinação dos bens apreendidos? |
| Sim |
| 13.6No cadastro das apreensões, a Unidade correicionada procede a vinculação dos documentos inerentes, bem como realiza o cadastro no SNGB, conforme determina o Código de Normas? |
| Sim |
| 14DEMAIS CONSTATAÇÕES: |
| 14.1Todos os expedientes em trâmite na Secretaria estão no Projudi? |
| Sim |



| |
|---|
| 14. Utiliza a ferramenta agrupador e localizador para melhor movimentação processual, com observância ao contido no Ofício Circular 08//2012, que veda a utilização de localizadores//agrupadores no sistema com a finalidade de aguardar a conclusão de processos ao Magistrado. Sim |
| 15 ANÁLISE PROCESSUAL POR AMOSTRAGEM |
| a) O cumprimento das decisões judiciais é realizado dentro do prazo de 5 (cinco) dias, conforme determina o art. 228 do Código de Processo Civil? Sim |
| b) A análise de juntadas é realizada em prazo médio de 5 (cinco) dias? Sim |
| c) As intimações aos procuradores das partes são realizadas em até 24 horas? Sim |
| d) As conclusões ao(a) Magistrado(a) (art. 207 do Código de Normas) são realizadas diariamente? Sim |
| e) As vítimas são intimadas das decisões do processo, inclusive daquelas que aplicam o art. 89 da L9099//95? (art. 201, §2º do CPP) Sim |
| f) Promove a Secretaria as medidas necessárias envolvendo a cobrança das custas processuais quando necessário? Sim |
| g) Na tramitação dos Termos Circunstanciados, a Secretaria observa o disposto na IN 126 //2022 e arts. 1068 e ss. do CNFJ, sobretudo possibilitando a utilização da ferramenta do Procedimento Investigatório (art. 1069 do CNFJ)? Sim com Observação |
| Determinação / Recomendação: Observar, nos casos de eventuais diligências probatórias, o contido nas normativas mencionadas neste item. |
| 16 CONCLUSÕES FINAIS |
| Observações |
| Determinações Gerais |



APONTAMENTOS FINAIS

Determinações:

1. UNIDADE JUDICIÁRIA:

I. Registre-se, inicialmente, que os dados coletados para o levantamento desta Correição foram extraídos do Projudi em 11. 08. 2023.

A Unidade Judiciária apresenta positiva gestão processual e funcional, conforme identificado pela análise geral e por amostragem.

Essa situação já havia sido constatada na última Correição- Geral realizada na Secretaria, em 30. 04. 2020.

Igualmente, em análise periódica promovida pela Assessoria Correicional, em janeiro e fevereiro de 2023, percebeu-se a continuidade dos bons andamentos na Unidade.

Alguns números da produtividade durante o período correicionado:

- a) Intimações postadas pela Secretaria: 1002 (Jecrim); 10601 (Jeciv); 3115 (Jefaz).
- b) OFÍCIO expedido pela Secretaria: 23 (Jecrim); 140 (Jeciv); 18 (Jefaz).
- c) MANDADO expedido pela Secretaria: 577 (Jecrim); 795 (Jeciv); 27 (Jefaz).
- d) Análises de juntada realizadas pela Secretaria: 6880 (Jecrim); 18204 (Jeciv); 4889 (Jefaz).
- e) Retornos de conclusão analisados: 1196 (Jecrim); 4685 (Jeciv); 1276 (Jefaz).
- f) Processos distribuídos: 389 (Jecrim); 996 (Jeciv); 143 (Jefaz).
- g) Processos arquivados (definitivos): 364 (Jecrim); 1444 (Jeciv); 200 (Jefaz).

Inobstante, a Secretaria deve se atentar aos prazos legais de cumprimento de diligências, precipuamente no que tange ao cumprimento de decisões judiciais, análises de juntadas, do controle do prazo de autos com juízes leigos e do cadastro das apreensões, pontos esses que necessitam de atenção especial, de acordo com o analisado em ata.

Destaca-se que, na ausência de juiz leigo, mesmo que temporária, os autos devem ser conclusos ao Juiz Supervisor. Isso se destaca pela análise dos autos 0000026- 32. 2023. 8. 16. 0111 (eventos 25-26), no qual houve emissão irregular de certidões registrando a paralisação processual até a assunção de novo juiz leigo.

Ainda, recomenda-se a observação do Decreto Judiciário nº 382/2020 (<https://www.tjpr.jus.br/legislacao- atos- normativos/- /atos/documento/4607641>), de 19 de agosto de 2020, que padroniza o procedimento a ser adotado para o pagamento de Obrigações de Pequeno Valor, bem como correlatas impugnações, expedições e comunicações ao ente devedor, sendo que a aplicação dessas regras é desde a data da publicação da normativa, conforme seu art. 9º.



Tendo em vista o contido na Instrução Normativa 73/2021- CGJ e no atual Código de Normas (arts. 216 e ss.), deve- se atentar às possibilidades de medidas alternativas de cumprimento de diligências por meios digitais.

Conforme consta no Anexo C, a Serventia possui 4 (quatro) funcionários (com o Chefe de Secretaria).

O Decreto Judiciário nº 761/2017, que dispõe sobre a estruturação da Unidades Judiciárias estatizadas de 1º Grau, estabelece os parâmetros quantitativos sobre a força de trabalho necessária ao bom andamento dos serviços judiciários.

Com efeito, o Quadro II do Anexo I do referido diploma legal prevê, como paradigma, a lotação de 4 (quatro) servidores 1 (um) Bal. em Direito e 3 (três) Técnicos para a Vara Criminal e Anexos da Comarca de Manoel Ribas.

Logo, verifica- se que o quadro funcional da Secretaria é adequado.

2. JUÍZO:

I. Concede- se, a partir do recebimento desta ata, o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Secretaria cumpra as determinações, regularizando todas as imperfeições eventualmente apontadas.

II. Independente da adoção de outras medidas administrativas, a Magistrada deve acompanhar o trabalho da Serventia e revisar no sistema os cumprimentos antes de determinar a remessa dos autos à Corregedoria- Geral da Justiça.

III. A juntada de certidões e demais documentos, os quais possam conter esclarecimentos, requerimentos ou justificativas devem ser efetuadas nos próprios autos da correição em movimentação autônoma, dispensando- se a comunicação via Mensageiro, SEI ou Carta CGJ.

3. CORREGEDORIA- GERAL DA JUSTIÇA:

I. À Supervisão Administrativa, para as anotações necessárias e verificação dos prazos concedidos nesta ata.

Curitiba 4 outubro 2023

Desembargador Hamilton Mussi Corrêa Corregedor-Geral da Justiça, Corregedor-Geral da Justiça

